



**Governo do Estado de Roraima**  
**Companhia de Desenvolvimento de Roraima**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº 00XX/20XX**

**PROCESSO SEI Nº XXXXXXXXXXXXXXXX**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA E A EMPRESA**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO MENCIONADA:**

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Mário Homem de Melo, nº 1603, bairro Mecejana, CEP 69.304-350, Boa Vista-RR, inscrita no CNPJ nº 05.950.290/0001-58, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por seu(sua) Diretor(a) Presidente o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, titular da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX, nomeado(a) na XXXX Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em XXXXXXXX, conforme ata publicada no DOE/RR nº XXXX, de XXXXXXXX e por seu(sua) Diretor(a) Administrativo(a) e Financeiro(a), o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXX, titular da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, nomeado(a) na XXXX Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em XXXXXXXX, conforme ata publicada no DOE/RR nº XXXX, de XXXXXXXX

E do outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com o endereço eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu(a) administrador(a)/sócio(a)/procurador(a), o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, profissão, estado civil, RG nº XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXX residente e domiciliado(a) na cidade de XXXXXXXXXXXX, conforme ato constitutivo da empresa, tendo em vista o que consta nos **PROCESSOS SEI Nº 18501.002554/2025.22 e XXXXXXXX**, e em observância às disposições da **Lei Federal nº 13.303/2016**, de 30/06/2016, do **Regulamento de Licitações e Contratos da CODESAIMA**, de 30/10/2018 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, sob demanda, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, instalação e desinstalação (remanejamento de equipamentos), e demais serviços correlatos, para atender à Sede da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima - CODESAIMA, bem como suas unidades (Usileite, Incubatório e Mafir).

1.2 O presente instrumento deriva-se do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº: XXXXXXXX**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

2.1 Serviços a serem prestados:

LOTE 01						
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade de centrais	Quantidade de serviços anuais	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT 12.000 BTUs	Serviço	03	12		
02	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 18.000 BTUs	Serviços	34	136		
03	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 24.000 BTUs	Serviço	13	52		
04	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 30.000 BTUs	Serviço	04	16		
05	Manutenção preventiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 36.000 BTUs-piso teto	Serviço	02	08		
06	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT 12.000 BTUs	Serviço	02	02		
07	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 18.000 BTUs	Serviço	20	20		
08	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 24.000 BTUs	Serviço	08	08		

09	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 30.000 BTUs	Serviço	02	02		
10	Manutenção corretiva em aparelho condicionador de ar SPLIT de 36.000 BTUs-piso teto	Serviço	01	01		
11	Remanejamento (Instalação e/ou desinstalação) de aparelhos de ar condicionado SPLIT de 24.000 BTUs	Serviços	16	16		
<b>VALOR TOTAL:</b>						

2.2 Os itens 06, 07, 08, 09, 10 e 11 serão executados sob demanda, sendo o quantitativo acima exposto considerado como limite máximo a ser utilizado.

2.3 A marca, modelo e setores em que serão realizadas as manutenções preventivas e corretivas encontram-se relacionadas no Anexo I deste contrato.

2.4 A manutenção corretiva anual foi estimada em 40% do quantitativo de centrais.

### CLÁUSULA TERCEIRA - REQUISITOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 Especificação e requisitos técnicos: os materiais/peças utilizados nos equipamentos deverão ser novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

#### 3.2 Requisitos Temporais:

3.2.1 As manutenções serão prestadas de segunda a sexta-feira, nos horários de 07h30 às 13h30, respeitando o horário de funcionamento da Companhia, salvo em casos excepcionais, aos feriados e domingos com prévio aviso à CONTRATANTE para a devida autorização.

3.2.2 Caso seja necessária a execução dos serviços nos finais de semana (sábado e domingo) ou feriados, a fim de não causar interrupção às atividades da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA solicitar a autorização para acesso às dependências da Companhia, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, informando a relação dos empregados que executarão os serviços (nome completo e nº da cédula de identidade ou documento equivalente), assim como o horário de trabalho e crachás de identificação.

#### 3.3 Requisitos relativos à execução dos serviços:

3.3.1 A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva (sob demanda) com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, remanejamento de equipamentos (desinstalação e instalação), e demais serviços correlatos, na **SEDE** da Companhia de Desenvolvimento de Roraima, localizada na Avenida Mário Homem de Melo, nº 1603, Bairro Mecejana, bem como nas unidades da **USILEITE**, localizada na Av. das Indústrias, 462, Gov. Aquino Mota Duarte; **INCUBATÓRIO**, situado na RD BR 174 Monte Cristo, S/N, e **MAFIR**, situado na RD BR 17, nº 15, sentido Mucajaí/RR.

3.3.2 Para a execução dos trabalhos acima citados, deverá ser observada rigorosamente a Norma Regulamentadora nº 35 do Ministério do Trabalho, na qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

3.3.3 Todas as normas de segurança deverão ser seguidas conforme legislação em vigor. A CONTRATADA deve fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e todos os materiais de segurança individual (botas, luvas, máscaras, cintos de segurança, cordas, etc.) exigidos pela legislação sem ônus para a CONTRATANTE.

3.3.4 A CONTRATADA deverá, quando necessário, elaborar, atualizar, executar e manter o Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC dos sistemas de climatização abrangidos pelo contrato, conforme exigências normativas aplicáveis e orientações da fiscalização, sem cobrança adicional além dos preços contratados, salvo hipótese formal de alteração contratual admitida pela legislação aplicável.

#### 3.4 Descrição dos serviços preventivos:

3.4.1 Caberá à CONTRATADA realizar os serviços de manutenção preventiva que consistem na execução de procedimentos rotineiros estabelecidos em cronograma de manutenção.

3.4.2 A manutenção preventiva busca prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área de saúde.

3.4.3 As manutenções preventivas ocorrerão a cada 04 meses conforme modelo Anexo I deste contrato.

3.4.4 A execução periódica dos serviços de manutenção dos aparelhos de Centrais de ar condicionado contempla as seguintes atividades:

##### a) Inspeção Técnica:

- Avaliação visual e funcional dos componentes do sistema.
- Verificação de ruídos, vibrações e anomalias no funcionamento.
- Checagem de integridade das instalações mecânicas e elétricas.
- Reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

##### b) Limpeza e Higienização

- Limpeza dos filtros de ar (lavagem ou substituição, conforme necessidade).
- Limpeza das serpentinas da evaporadora e da condensadora.
- Limpeza das bandejas de condensado e desobstrução das linhas de drenagem.
- Limpeza dos ventiladores, hélices e grelhas de ventilação.
- Lubrificação de mancais, rolamentos e partes móveis conforme as especificações do fabricante.
- Limpeza em geral.

##### c) Sistema de Refrigeração

- Verificação das pressões do fluido refrigerante, das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes.
- Teste de vazamento e estanqueidade.
- Reposição de gás refrigerante, se necessário e autorizado.

- Avaliação do desempenho térmico do sistema.

#### d) Testes Operacionais

- Verificação do ciclo de funcionamento (resfriamento/aquecimento).
- Checagem de termostatos, sensores, timers e demais dispositivos de controle.
- Medição da temperatura e umidade ambiente para análise de desempenho.
- Monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes.

e) Ajustes ou substituição de componentes em períodos predeterminados.

f) Exame dos componentes antes do término de suas respectivas garantias.

g) Testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos.

#### h) Relatórios Técnicos

- Ao final de cada visita preventiva, deverá ser emitido um relatório técnico contendo:
- Atividades realizadas.
- Parâmetros operacionais coletados.
- Análise do estado geral dos equipamentos.
- Recomendações técnicas para eventuais reparos ou substituições.

3.4.5 Após a realização de cada manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar relatório em até 03 dias.

### 3.5 Descrição dos serviços corretivos

a) Os serviços de manutenção corretiva sob demanda serão realizados **exclusivamente mediante solicitação formal da CONTRATANTE**. Após o recebimento da solicitação, a CONTRATADA deverá apresentar um **orçamento prévio detalhado**, contendo as seguintes informações:

- Identificação completa do(s) equipamento(s) a ser(em) consertado(s), incluindo: Marca(s); Modelo(s), Número(s) de tombamento(s) patrimonial(is) quando aplicável.
- Descrição precisa dos serviços a serem executados.
- Relação das peças a serem substituídas, contendo:
- Custos unitários e totais de peças e serviços.
- Prazos estimados para execução dos serviços e entrega das peças, quando necessário.

b) os serviços de manutenção corretiva serão executados no local onde o(s) equipamento(s) encontra(m)-se instalado(s), exceto nos casos em que for tecnicamente necessária a remoção do(s) equipamento(s) para execução dos serviços na oficina da CONTRATADA. Essa remoção somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, ficando estabelecido que **tudo e qualquer custo relacionado ao deslocamento, transporte, remoção e posterior reinstalação do(s) equipamento(s)** será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, **sem qualquer ônus para a CODESAIMA**.

c) todas as peças, compressores, filtros e gás refrigerante, quando for necessário a substituição, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, não sendo aceito peças usadas ou recondicionadas, ou seja, deverão ser novas e genuínas, bem como o orçamento prévio será submetido à verificação de que os preços constantes são compatíveis com os de mercado.

d) Quando a CONTRATANTE solicitar orçamento prévio para serviços corretivos, poderá determinar o prazo máximo para sua apresentação, o qual não poderá exceder 48 (quarenta e oito) horas corridas a partir do recebimento formal da solicitação pela CONTRATADA.

e) a CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir revisão, comprometendo-se a CONTRATADA a executar e fornecer o que for aprovado.

f) a CONTRATADA deverá indicar, obrigatoriamente, no orçamento prévio, o prazo para execução dos serviços orçados, contados da data da entrada do equipamento em sua oficina, quando for o caso, ou quando consertado no local onde encontra-se instalado.

g) as peças, compressores e filtros, quando substituídos, deverão ser entregues à CONTRATANTE, após o conserto dos equipamentos.

h) os serviços de manutenção corretiva somente serão executados pela CONTRATADA após a aprovação do orçamento prévio e respectiva autorização da CONTRATANTE.

3.5.1 Somente após **aprovação formal da CONTRATANTE**, a CONTRATADA estará autorizada a executar os serviços orçados. Nenhum serviço corretivo sob demanda poderá ser iniciado sem essa aprovação prévia.

3.5.1.1 O orçamento prévio previsto para os serviços corretivos terá finalidade de controle técnico, autorização da intervenção, identificação das peças e serviços necessários e verificação da compatibilidade da solução proposta, não constituindo, por si só, autorização para cobrança de valores superiores aos preços unitários contratados.

3.5.1.2 A medição e o pagamento dos serviços corretivos observarão os preços unitários constantes da proposta final ajustada e do contrato, salvo hipótese de alteração contratual, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou outra situação formalmente admitida pela legislação aplicável, devidamente instruída e autorizada pela CONTRATANTE.

3.5.1.3 A aprovação do orçamento prévio pela CONTRATANTE não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pela correta execução do serviço, pela qualidade das peças e insumos utilizados, pela garantia aplicável e pelo cumprimento dos preços e condições contratados.

3.5.2 A CONTRATADA deverá executar os trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção dos defeitos e anormalidades do sistema de ar condicionado, objeto deste contrato.

3.5.3 A requisição de serviços de natureza corretiva será formalizada através de ordem de serviço, enviada por meio de telefone, e-mail ou qualquer outra forma de comunicação.

### 3.6 Relativo aos Critérios de Sustentabilidade:

3.6.1 Quanto às práticas de sustentabilidade, essas deverão ser previstas no que couber.

3.6.2 Nos termos do Decreto nº. 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº. 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº. 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº. 267, de 14/11/2000, sem prejuízo das normas ambientais vigentes relativas ao manuseio, recolhimento, reciclagem, regeneração, destinação ou descarte de fluidos refrigerantes, peças, embalagens e resíduos.

### CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 As manutenções preventivas ordinárias serão executadas conforme cronograma previamente elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE, observada a periodicidade quadrimestral prevista neste contrato e no Termo de Referência.

4.1.1 A emissão de Ordem de Serviço para manutenções preventivas poderá ser utilizada para fins de controle, autorização, medição, fiscalização e registro da execução, sem afastar a natureza programada da manutenção preventiva.

4.1.2 Quando a CONTRATANTE solicitar intervenção preventiva extraordinária ou antecipação de atendimento preventivo fora do cronograma aprovado, a CONTRATADA deverá iniciar as providências necessárias no prazo de até 24 horas, contado do recebimento da solicitação formal ou Ordem de Serviço, salvo impossibilidade técnica devidamente justificada e aceita pela fiscalização.

4.2 Em relação às Manutenções corretivas, a CONTRATADA deverá executar os serviços em até 03 (três) horas a contar do recebimento da ordem de serviço.

4.2.1 A execução integral da manutenção corretiva ficará condicionada, quando cabível, à apresentação e aprovação do orçamento prévio, à autorização formal da CONTRATANTE, à disponibilidade de peças ou insumos e à complexidade técnica do reparo, sem prejuízo do prazo previsto no item 4.2.

4.2.2. Quando a manutenção corretiva puder ser executada de imediato, no local de instalação do equipamento e sem necessidade de orçamento prévio complementar, a CONTRATADA deverá promover a correção no menor prazo tecnicamente possível, observado o interesse da CONTRATANTE e o regular funcionamento das unidades atendidas.

4.3 Os prazos, desde que previamente e devidamente justificados, podem ser alterados de comum acordo e aceitação da CONTRATANTE.

4.4 Os prazos que vierem a coincidir em dia que não haja expediente no órgão ou que o expediente tenha sido reduzido, ficam automaticamente prorrogados ao dia útil seguinte.

4.5 A CONTRATADA deverá elaborar e entregar à CONTRATANTE, na Diretoria Administrativa e Financeira - DIRAF, o cronograma de execução das **manutenções preventivas**, no prazo **de até 10 dias** após a assinatura do contrato, conforme modelo constante no Anexo I deste contrato.

4.6 As manutenções preventivas deverão ocorrer a cada 04 meses.

## CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DEMAIS CONDIÇÕES

5.1 O regime de execução se dará por Preço Unitário.

5.2 Os serviços serão executados sob duas modalidades distintas:

### 5.2.1 Manutenção Preventiva (Programada):

5.2.1.1 Será realizada conforme cronograma previamente definido e aprovado pela CONTRATANTE, independentemente de solicitação formal, devendo a CONTRATADA executar as rotinas periódicas estabelecidas no plano de manutenção.

### 5.2.2 Manutenção Corretiva e Demais Serviços (Sob Demanda):

5.2.2.1 Serão executados mediante solicitação da CONTRATANTE, por meio de **Ordem de Serviço (OS)**, emitida pela Diretoria Administrativa e Financeira - DIRAF, sempre que identificado mau funcionamento, necessidade de reparo, instalação, desinstalação ou remanejamento de equipamentos.

### 5.3 Da emissão de Ordens de Serviço:

5.3.1 A Ordem de Serviço será obrigatória para a execução de serviços corretivos e demais intervenções sob demanda.

5.3.2 Cada OS deverá conter, no mínimo, a descrição do serviço, local de execução e identificação do equipamento e setor.

5.3.3. Para fins de controle, medição, fiscalização e pagamento, a execução das manutenções preventivas ficará vinculada ao cronograma aprovado e ao respectivo relatório técnico de visita, podendo ser formalizada por Ordem de Serviço ou instrumento equivalente. A execução das manutenções corretivas e demais intervenções sob demanda ficará obrigatoriamente vinculada à Ordem de Serviço específica.

5.4 Os serviços serão medidos com base nas quantidades efetivamente executadas, conforme valores unitários contratados.

5.5 A manutenção preventiva será medida conforme sua execução periódica prevista em cronograma.

5.6 Os serviços sob demanda serão medidos conforme execução vinculada às respectivas Ordens de Serviço.

## CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite máximo de **05 (cinco) anos**, desde que haja interesse da CONTRATANTE, vantajosidade da contratação e manutenção das condições contratuais, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

6.2 Em até 45 (quarenta e cinco) dias antes do vencimento do contrato, a área técnica demandante, através do gestor, proporá sua prorrogação por meio de documento que contenha, no mínimo, as seguintes informações:

I. Justificativas: técnica, econômica e financeira para a prorrogação.

II. Indicação do prazo a ser acrescido ao prazo de vigência do contrato, respeitado o limite no art. 71 da Lei 13.303/2016.

III. Demonstração da permanência da necessidade de prestação do serviço para as atividades da CONTRATANTE.

IV. Avaliação dos serviços prestados ao longo do último período de vigência contratual, com o registro dos fatos julgados relevantes ocorridos no âmbito da execução do contrato.

V. Demonstração de que a prorrogação do prazo de vigência do contrato é a medida mais vantajosa para a CONTRATANTE, observando-se que, em regra, deverá ser realizada consulta de preços visando comparar os valores praticados no mercado com a proposta de preço para a prorrogação do contrato.

VI. Demonstração de que a CONTRATADA mantém as condições de habilitação verificadas na ocasião da contratação, bem como de que não está impossibilitada de contratar com a Administração Pública.

VII. Indicação da disponibilidade de recursos para o novo período de vigência contratual.

VIII. Manifestação favorável e expressa da CONTRATADA quanto à prorrogação do prazo de vigência do contrato.

IX. Autorização expressa da Autoridade Administrativa.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa para a presente contratação está definida conforme a seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: xxxxxxxxxxxx;

II - Programa de Trabalho: xxxxxxxxxxxxxx;

III – Elemento de Despesa: xxxxxxxxxxxx;

IV – Fonte de Recursos: xxxxxxxx.

7.2 Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação, foi emitida Nota de Empenho nº xxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx, no valor de R\$ xxxxxxxxxxxx.

## CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E PAGAMENTO

### 8.1 Preço

8.1.1 O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxx).

8.1.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante, remanejamentos de equipamentos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 8.2 Do pagamento:

8.2.1 O pagamento será efetuado conforme os serviços efetivamente executados, mediante comprovação e atesto pela fiscalização do contrato.

8.2.2 A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal, contendo o detalhamento dos serviços realizados, incluindo, quando aplicável:

- identificação dos equipamentos atendidos.
- descrição dos serviços executados (manutenção preventiva, corretiva, instalação, desinstalação, entre outros).
- relação de peças, materiais e insumos utilizados.
- período de execução dos serviços.

8.2.3 O pagamento ficará condicionado:

- ao atesto do fiscal do contrato, que certificará a execução conforme as condições estabelecidas.
- à apresentação dos relatórios técnicos correspondentes às atividades realizadas.

8.2.4 O prazo para pagamento da Nota Fiscal será no máximo 30 (trinta) dias úteis, contados do atesto da Nota Fiscal, após o recebimento parcial e/ou definitivo do objeto.

8.2.5 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira.

8.2.6 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:

- I. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- II. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- III. Deixar de manter as condições de habilitação apresentadas na licitação;
- IV. Não arcar com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados, quando dedicados exclusivamente à execução do contrato.

8.2.7 A eventual nulidade do contrato ou de termo aditivo não afasta, quando cabível, o direito da CONTRATADA de boa-fé ao pagamento pelos serviços efetivamente executados, recebidos e aproveitados pela CONTRATANTE, vedado o enriquecimento sem causa e observada a apuração de responsabilidade quando necessária.

8.2.8 Os pagamentos devidos à CONTRATADA, quando couber e de acordo com a legislação tributária, estão sujeitos à retenção na fonte.

8.2.9 Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser pago no prazo previsto e o relativo à parcela controvertida depositado em conta vinculada.

8.2.10 Em regra, é vedado o pagamento antecipado, salvo hipótese excepcional devidamente justificada pela unidade técnica, autorizada pela autoridade competente e admitida pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESAIMA e pela legislação aplicável..

8.2.11 É permitido descontar dos créditos da CONTRATADA qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa.

8.2.12 A Nota Fiscal deverá ser protocolada na Sede da CONTRATANTE ([Av. Mario Homem de Melo, 1603, Mecejana, Boa Vista - RR](#)), acompanhada dos documentos descritos neste contrato, bem como poderá ser enviada via e-mail: [diraf.codesaima@gmail.com](mailto:diraf.codesaima@gmail.com), com as respectivas certidões de regularidade fiscal atualizadas.

8.2.13 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante depósito bancário/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA indicada na proposta.

§1º - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

§2º - Ao tempo da liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá estar adimplente com as seguintes:

- I. Regularidade fiscal, perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- II. Regularidade com o FGTS;
- III. Justiça do Trabalho.

§3º - Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante em contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal do estabelecimento contratado e do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião do pagamento.

§4º - Ocorrendo erros ou rasuras na apresentação da Nota Fiscal, esta será devolvida para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a CONTRATANTE.

§5º - No caso de atraso do pagamento, salvo se por culpa da CONTRATADA, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

§6º - Os encargos serão calculados pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438. e VP = Valor do pagamento em atraso.

§7º - No preço contratado deverão estar inclusos todos os tributos, taxas, encargos sociais, fornecimento de mão de obra, seguros, fretes e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto.

## CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 De acordo com o Art. 217 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODESAIMA, o recebimento do objeto poderá ocorrer da seguinte forma:

- I. provisório: refere-se ao atesto inicialmente realizado pelo fiscal, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela CONTRATADA;
- II. parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;
- III. definitivo: relativo à integralidade do contrato, representando aceitação da integralidade do contrato e liberação da CONTRATADA tocante a vícios aparentes.

9.2 Os recebimentos deverão ocorrer, a contar da comunicação por parte da CONTRATADA e direcionada ao agente de fiscalização técnica do contrato, nos seguintes prazos:

- I. até 15 (quinze) dias úteis para o recebimento provisório;
- II. até 15 (quinze) dias úteis para o recebimento parcial;
- III. até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

9.3 O agente de fiscalização técnica do contrato é responsável pelos recebimentos, respeitando-se os prazos previstos no item anterior.

9.4 Os recebimentos de materiais poderão ser realizados pelo almoxarifado e deverão ser ratificados pelo agente de fiscalização técnica do contrato, quando couber.

9.5 Caso o agente de fiscalização técnica ou administrativa constate o descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA, deverá comunicar o fato ao seu preposto, indicando expressamente as pendências a serem corrigidas, estabelecendo prazo entre **5 (cinco) e 10 (dez) dias úteis** para regularização, em consonância com os itens 11.1.4 e 11.1.5 deste contrato.

9.6 O tempo para a correção referido no item anterior deverá ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

9.7 Realizada a correção pela CONTRATADA, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos no item 9.2 que poderão, no entanto, ser reduzidos pela metade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

10.1 A Gestão do presente contrato ficará a cargo da **Diretoria Administrativa e Financeira - DIRAF da Codesaima**, que será auxiliada por fiscal designado, na forma do [Regulamento de Licitações e Contratos da CODESAIMA/2018](#).

10.2 Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será fiscalizada por representante da CONTRATANTE, especialmente designado para esse fim.

10.3 A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elide e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA.

10.4 O fiscal do contrato tem poderes para recusar serviços que estejam em desacordo com as especificações deste contrato.

10.5 Ocorrências relevantes que impeçam a execução do contrato deverão ser formalizadas, preferencialmente, por escrito, ao fiscal do contrato.

10.6 Compete à fiscalização resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.

10.7 Em razão da fiscalização, o gestor do contrato poderá propor, instruir ou recomendar à autoridade competente a adoção de providências como alteração contratual, aplicação de sanções, extinção ou rescisão contratual, paralisação total ou parcial dos serviços ou outras medidas que importem disposição sobre o contrato, observados a motivação, o contraditório, a ampla defesa e o procedimento cabível.

10.8 A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS GARANTIAS**

##### **11.1 GARANTIA DO OBJETO E DAS PEÇAS SUBSTITUÍDAS**

11.1.1 Os serviços executados de manutenção corretiva deverão ter um prazo de garantia mínima de:

- a) mão-de-obra executada: 06 (seis) meses;
- b) substituição de compressor: 01 (um) ano; e
- c) substituição de demais peças: 90 (noventa) dias.

11.1.2 A CONTRATADA deverá oferecer garantia para os serviços e peças.

11.1.3 Respondem pela garantia do objeto a CONTRATADA e o fabricante dos produtos.

11.1.4 Objetos cobertos pela garantia que apresentarem defeito de fabricação ou vício oculto deverão ser substituídos em até 5 dias úteis da comunicação formal da CONTRATANTE.

11.1.5 Durante o período de garantia, a CONTRATADA responde por eventuais vícios ou defeitos, devendo promover os reparos necessários sem ônus adicionais em até 10 dias úteis da comunicação formal do defeito.

11.1.6 A garantia dos serviços executados, das peças substituídas, dos componentes fornecidos e dos equipamentos eventualmente instalados observará os prazos e condições previstos neste Contrato, no Termo de Referência, na proposta final ajustada da CONTRATADA, nas garantias legais e contratuais do fabricante e nas normas de direito privado aplicáveis, inclusive a Lei nº 8.078/1990, quando incidente.

11.1.7 A existência de garantia do fabricante não afasta a responsabilidade direta da CONTRATADA perante a CONTRATANTE pela correção de vícios, defeitos, falhas de execução, inadequação de peças, desconformidade técnica ou descumprimento das especificações contratuais constatadas durante o período de garantia.

##### **11.2 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

11.2.1 Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, considerando a natureza do objeto, a baixa/média complexidade dos serviços e a possibilidade de acompanhamento direto da execução pela fiscalização contratual.

11.2.2 A dispensa da garantia encontra fundamento no art. 70 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 177 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESAIMA, que tratam a exigência de garantia como faculdade da Administração, a ser avaliada conforme o caso concreto.

11.2.3 No presente caso, a exigência de garantia contratual mostra-se dispensável, pois o objeto consiste na prestação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de mão de obra, peças, gás refrigerante e remanejamento de equipamentos, não envolvendo obra, serviço de engenharia de grande vulto, alto risco financeiro ou complexidade técnica que justifique a exigência.

11.2.4 A dispensa da garantia não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pela correta execução do objeto, nem impede a CONTRATANTE de adotar as medidas previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, incluindo fiscalização, glosa ou retenção de valores indevidos, exigência de correção ou refazimento dos serviços, substituição de peças inadequadas, aplicação de sanções, rescisão contratual e apuração de perdas e danos, quando cabível.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Executar os serviços conforme especificado nas cláusulas segunda e terceira, no prazo e local pactuado, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato e no Edital de Licitação.

12.2 Caberá à CONTRATADA executar o objeto, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes dessa execução, devendo atender rigorosamente as especificações e prazos constantes no Termo de Referência e neste contrato.

12.3 Manter os requisitos e condições de habilitação fixados no Edital e neste contrato.

12.4 Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação em licitação.

12.5 Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.

12.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.

12.7 Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis.

12.8 Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato.

12.9 Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

12.10 Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

§1º - A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

12.11 Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela CONTRATANTE para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.

12.12 Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da CONTRATANTE, por acusação da espécie.

12.13 No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, a CONTRATADA deverá colaborar com a CONTRATANTE no âmbito do processo de demonstração da vantagem da contratação, mediante a cobrança de valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado e apresentação de informações detalhadas sobre seus custos unitários e sobre os preços cobrados perante outros clientes.

12.14 Designar 01 (um) preposto como responsável pelo contrato firmado com a CONTRATANTE, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

12.15 Substituir os objetos executados em desacordo com as especificações exigidas neste contrato ou que apresentem defeitos ou imperfeições nos prazos estipulados neste instrumento, a contar do recebimento da notificação.

12.16 Não serão aceitas peças ou materiais a serem utilizados durante as manutenções com prazo de validade inferior a 01 (um) ano, contados da data de entrega.

12.17 Não serão aceitas etiquetas das peças ou materiais a serem utilizadas durante as manutenções (com data de fabricação e validade) que não sejam do próprio fabricante.

12.18 Prestar a garantia necessária do objeto conforme solicitado neste contrato.

12.19 Não subcontratar o objeto do presente contrato.

12.20 Adotar práticas de gestão adequada de resíduos, com descartes corretos, e consciente das embalagens vazias dos produtos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Efetuar o pagamento no prazo informado neste contrato.

13.2 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar suas atividades dentro das normas estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato.

13.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

13.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

13.5 Verificar o cumprimento das especificações exigidas, podendo rejeitá-las quando não atenderem ao solicitado.

13.6 Prestar toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO PARA MANTER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

14.1 O equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ocorrer por meio de:

I. reajuste: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de variação de preços e custos que sejam normais e previsíveis, relacionadas com o fluxo normal da economia e com o processo inflacionário, devido ao completar 1 (um) ano a contar da data da proposta.

II. repactuação: espécie de reajuste destinado aos contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em que os custos de mão de obra são calculados ao completar 1 (um) ano a contar da data do orçamento a que se refere a proposta, ou seja, da data base da categoria ou de quando produzirem efeitos acordo, convenção ou dissídio coletivo;

III. revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se configure álea econômica extraordinária e extracontratual, sem a necessidade de periodicidade mínima.

14.2 O REAJUSTE deverá observar o seguinte:

14.2.1 O reajuste não deverá ser concedido de ofício, haja vista a necessidade de garantir a manifestação de concordância da contratada com todos os termos do reajuste, devendo ser precedido de solicitação do Contratado acompanhada de memória de cálculo.

14.2.2 Os preços poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

<b>R =</b>	<b>(I – Io) x</b>	<b>P</b>
	<b>Io</b>	

Onde:

I. Para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

Io = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços.

II. Para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

14.2.3 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

14.3 A repactuação e a revisão do contrato deverão observar as condições e exigências dos Artigos 240 a 245 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODESAIMA.

14.4 O reajuste, a repactuação e a revisão deverão ser formalizados dentro do prazo de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

15.1 Com fundamento na [Lei 13.303/2016](#) e no [Regulamento de Licitações e Contratos – CODESAIMA/2018](#), as sanções administrativas deverão ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos da CONTRATADA:

I. Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;

II. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV. Ensejar o retardamento da entrega do objeto sem motivo justificado;

V. Prestar declaração falsa ou apresentar documentação falsa durante a execução do contrato;

VI. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII. Comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;

VIII. Descumprir as normas de segurança do trabalho (especialmente a NR-35) ou cometer infrações ambientais no descarte de gases refrigerantes, peças e resíduos;

IX. Descumprir as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) em relação aos dados a que tiver acesso nas dependências da empresa.

15.2 Materializada qualquer das condutas descritas no item 15.1, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

§1º - As sanções previstas nos incisos I e III do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

§2º - Caberá apresentação de defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação da CONTRATADA, antes da aplicação da sanção.

§3º - As sanções dos incisos II e III somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

##### 15.3 A multa deverá observar as seguintes condições:

15.3.1 Em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, e garantida a ampla defesa, serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes multas, cujas alíquotas incidirão sobre as respectivas bases de cálculo indicadas:

a) Pelo atraso no início da execução de qualquer Ordem de Serviço (OS): multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço, limitada a 10 (dez) dias de atraso. A partir do 11º dia, restará configurada a inexecução parcial do item.

b) Pelo descumprimento do prazo de atendimento de urgência (SLA de resposta de 3 horas para corretivas): multa de 1% (um por cento) do valor estimado para o reparo daquele lote, por hora de atraso subsequente, salvo motivo de força maior devidamente aceito pela fiscalização.

c) Pelo atraso injustificado na execução do cronograma de Manutenção Preventiva: multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da fatura mensal estimada para a unidade inadimplente.

d) Por infração a normas de Segurança do Trabalho (ex: técnicos trabalhando em altura sem Equipamento de Proteção Individual - EPI ou descumprindo a Norma Regulamentadora nº 35): multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por ocorrência flagrada e anotada pela fiscalização da CODESAIMA.

e) Pela ocorrência de crime ambiental ou descarte inadequado de resíduos (gases refrigerantes ou compressores velhos): multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total mensal faturado no mês da ocorrência, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal da contratada.

f) Pela Inexecução Parcial do Contrato: multa compensatória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do saldo do serviço não executado.

g) Pela Inexecução Total do Contrato (Recusa em executar o contrato ou abandono do serviço): multa compensatória de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor global atualizado do contrato.

15.3.2 O atraso superior a 30 (trinta) dias no cumprimento de qualquer obrigação contratual ensejará, a critério da CODESAIMA, a rescisão unilateral do contrato com a aplicação cumulativa da multa por inexecução parcial ou total.

15.3.3 A multa moratória deverá ser apurada por dia de atraso.

15.3.4 Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o contrato poderá ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, da autoridade da unidade de gestão de contratos.

15.3.5 Acaso a multa não cubra os prejuízos causados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do Artigo 416 do Código Civil.

15.3.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos devidos à contratada em razão do contrato em que houver a aplicação da multa ou de eventual outro contrato havido entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, aplicando-se a compensação prevista nos [Artigos 368 e seguintes do Código Civil](#).

15.3.7 A aplicação da multa não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

15.4 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CONTRATANTE poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados;

IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

V. Apresentar documentação falsa exigida para o certame ou na execução do contrato;



VI. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

VII. Não manter a proposta;

VIII. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

IX. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na [Lei 12.846/2013](#).

15.5 A sanção de suspensão, referida no [inciso III do Artigo 83 da Lei n. 13.303/2016](#), deverá observar os seguintes parâmetros:

I. Se não se caracterizar má-fé, a pena base deverá ser de 6 (seis) meses;

II. Caracterizada a má-fé ou intenção desonesta, a pena base deverá ser de 1 (um) ano.

15.6 A pena de sanção será majorada nos seguintes casos:

I. Em 1/2 (um meio), se o apenado for reincidente;

II. Em 1/2 (um meio), se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a CODESAIMA.

15.7 A pena de suspensão poderá ser atenuada nos seguintes casos:

I. Em 1/4 (um quarto), se o apenado não for reincidente;

II. Em 1/4 (um quarto), se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a CODESAIMA;

III. Em 1/4 (um quarto), se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la;

15.8 A CONTRATANTE deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o SICAF, bem como o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a [Lei 12.846/2013](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1 O contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses e limites previstos no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da CODESAIMA, desde que haja interesse entre as partes, justificativa técnica ou administrativa adequada aceita pela CONTRATANTE, compatibilidade com a matriz de riscos, autorização da autoridade competente e formalização por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

16.2 As alterações contratuais não poderão transgredir o objeto originalmente contratado, afastar indevidamente a proposta vencedora, comprometer a isonomia do procedimento licitatório ou transferir à CONTRATANTE riscos expressamente alocados à CONTRATADA na matriz de riscos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

17.1 O contrato será considerado **extinto** nos seguintes casos:

17.1.1 Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista.

17.1.2 Pelo término do seu prazo de vigência.

17.1.3 Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE.

17.1.4 Por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos previstos neste contrato, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESAIMA e na legislação aplicável, mediante decisão motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

17.1.5 Pela via judicial ou arbitral, quando cabível.

17.1.6 Em razão de **rescisão contratual** pela ocorrência de qualquer dos motivos seguintes:

17.1.6.1 O descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

17.1.6.2 O atraso injustificado no serviço ou fornecimento.

17.1.6.3 O desatendimento das determinações regulares do fiscal do contrato.

17.1.6.4 O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pela fiscalização do contrato.

17.1.6.5 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

17.1.6.6 A fusão, cisão, incorporação, ou associação da Contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CONTRATANTE.

17.1.6.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA.

17.1.6.8 Razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno.

17.1.6.9 O descumprimento do disposto no [inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal](#), que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

17.1.6.10 A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na [Lei 12.846/2013](#).

17.1.6.11 Inobservância da vedação ao nepotismo.

17.1.6.12 Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da CONTRATANTE, direta ou indiretamente.

17.1.6.13 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato.

17.1.6.14 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

17.1.6.15 O não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo interno, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, decididos pela autoridade de alçada.

§2º - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Os prazos de execução do objeto, desde que previamente e devidamente justificados, podem ser alterados de comum acordo e aceitação da CONTRATANTE.

19.2 A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado – DOE/RR em até 30 (trinta) dias contados da sua assinatura e na página oficial da CODESAIMA.

03/06/2026, 12:30SEI/GRR - 22668202 - Minuta de Contrato

19.3 Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Pregão Eletrônico nº XXXXX/202X, o Termo de Referência e seus anexos, a proposta final ajustada da CONTRATADA, bem como os esclarecimentos, respostas a impugnações e demais documentos do certame que possuam natureza vinculante.

19.3.1 As Ordens de Serviço, relatórios técnicos, termos de recebimento, registros de fiscalização e demais documentos produzidos durante a execução contratual integrarão os autos do processo administrativo e servirão de base para medição, fiscalização, pagamento e eventual apuração de responsabilidade.

19.4 Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste documento poderão ser obtidos na **Diretoria Administrativa e Financeira** da CONTRATANTE, no seguinte endereço: Avenida Mário Homem de Melo, nº 1603, Bairro Mecejana, CEP: 69.304-350, Boa Vista/RR ou pelo e-mail: **diraf.codesaima@gmail.com**.

19.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora Presidente da CODESAIMA, ouvidos, se necessário, o Diretor Administrativo e Financeiro, a Procuradoria Jurídica e o Controle Interno.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA MATRIZ DE RISCO

20.1. A Matriz de Riscos constante do Anexo I do Termo de Referência integra este Contrato como Anexo II, para todos os fins, orientando a alocação de responsabilidades entre as partes, a gestão contratual e a análise de eventuais pedidos de alteração, revisão, repactuação ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 Fica eleito o foro da comarca de Boa Vista - Roraima para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato.

E por se acharem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento para que surta todos os efeitos em Direito previstos.

(A data de assinatura deste instrumento é a data da última assinatura eletrônica).

Boa Vista - RR, XX de XXXXX de 202X

(Assinatura eletrônica)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretora Presidente

CODESAIMA

CONTRATANTE

(Assinatura eletrônica)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor Administrativo e Financeiro

CODESAIMA

CONTRATANTE

(Assinatura eletrônica)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Administrador/Sócio/Procurador

CONTRATADA

ANEXO I

Cronograma de Manutenção Preventiva / Inventário de equipamentos

SALAS DA SEDE CODESAIMA

SETORES PISO SUPERIOR							
Item	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO/DATA	3ª MANUTENÇÃO/DATA	4ª MANUTENÇÃO/DATA
1	Condicionador de ar SPLIT 12.000btus	TECHFRI	Assessores				
2	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Gabinete/Recepção				
3	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	DFIN- Financeiro				

4	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Controle Interno				
5	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Contabilidade				
6	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	DPLAN				
7	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Diretoria Administrativa e Financeira -Sala do Diretor				
8	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Divisão de Compras				
9	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Diretoria Mineração -Sala do Diretor				
10	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus tecnologia inverter	VIX	Copa				
11	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Presidência				
12	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Assessoria da Presidência				
13	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Procurador				
14	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Procuradoria Jurídica				
15	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Assessoria DIRAF				
16	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus tecnologia inverter	TECHFRIO	Assessoria Mineração				
17	Condicionador de ar Split piso-teto; 36.000 btus tecnologia inverter	HISENSE	Sala de Reuniões/Piso superior Sede da Codesaima				

**SETORES TÉRREO**

Item	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO/DATA	3ª MANUTENÇÃO/DATA
1	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VIX	Psicologia			
2	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VIX	CPL			
3	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	Antiga sala do Controle Interno			

4	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	ROYAL	Departamento de Recursos Humanos			
5	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	ELGIN				
6	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TCL	Comunicação			
7	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VG	DISTRAB/DATEC			
8	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VG	DIRETORIA DA DATEC			
9	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	Assessoria/DATEC			
10	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	GREE	DTI/DATEC			
11	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VG	Divisão de Apoio Operacional - DAOP			
12	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	TECHFRIO	Assessoria/DAOP			
13	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	Arquivo RH			
14	Condicionador de ar SPLIT 12.000btus	YORK				
15	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TCL	Arquivo/Habitação			
16	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	TECHFRIO				
17	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	ELGIN	Atendimento			
18	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	ELETROLUX				
19	Condicionador de ar SPLIT 12.000btus	KHALED	GUARITA			
20	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	PATRIMÔNIO/DEPÓSITO			
21	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	VG	Antiga sala do DFIN - Futura instalações DTI			
22	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	VG	Antiga sala ASS DFIN- Futura instalações do servidor da DTI			
23	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TCL	SOCIAL - (Antiga sala PROJUR)			
24	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TCL	DAE (Antiga sala Gab da residência)			
25	Condicionador de ar SPLIT	TECHFRIO	DIRETOR HABITAÇÃO/antiga sala da			

	18.000btus		presidência			
26	Condicionador de ar SPLIT 30.000btus	TECHFRIO	DAE/ASS antiga sala de reuniões			
27	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	Sala da OUVIDORIA			
28	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	ASSESSORIA/OUVIDORIA			
29	Condicionador de ar SPLIT 30.000btus	TECHFRIO	DIVISÃO SOCIAL			
30	Condicionador de ar SPLIT 30.000btus	TECHFRIO	DIVISÃO SOCIAL			
31	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	TECHFRIO	DIVOP/HABITAÇÃO			
32	Condicionador de ar SPLIT 36.000btus	HISENSE	RECEPÇÃO			
33	Condicionador de ar SPLIT 30.000btus	TECHFRIO	RECURSOS HUMANOS			
34	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	CHEFIA RECURSOS HUMANOS			
35	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	CHEFIA DPHPU			
36	Condicionador de ar 18.000btus	TECHFRIO	Antiga sala Ouvidoria			

**UNIDADE USILEITE**

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR/LOCAL	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO/DATA	3ª MANUTENÇÃO/DATA	4ª MANUTENÇ
1	Condicionador de ar SPLIT 24.000btus	TECHFRIO	USILEITE				

**UNIDADE MAFIR**

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR/LOCAL	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO/DATA	3ª MANUTENÇÃO/DATA	4ª MANUTENÇ
1	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	MAFIR				

**UNIDADE INCUBATÓRIO**

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA	SETOR/LOCAL	1ª MANUTENÇÃO/DATA	2ª MANUTENÇÃO/DATA	3ª MANUTENÇÃO/DATA	4ª MANUTENÇ
1	Condicionador de ar SPLIT 18.000btus	TECHFRIO	INCUBATÓRIO				

**ANEXO II**  
**MATRIZ DE RISCO**

**MATRIZ DE RISCO**

Identificação					Avaliação			Tratamento	
Item	Fase	Evento de risco	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (P)x(I)	Resposta ao Evento de Risco	Responsável
1	Planejamento	Termo de Referência: falha/inadequação na elaboração do TR, detalhamento e especificações do objeto.	Falta de conhecimento de setor solicitante.	Risco de paralisação do processo na fase de elaboração de edital.	4	3	Elevado	Designar técnico com conhecimento na área referente ao objeto demandado e realizar check-list após a elaboração do Termo de Referência.	Contratante
		Contingenciamento de recurso financeiro no momento da contratação.	Demora na solicitação dos recursos ou não envio do valor.	Paralisação do procedimento licitatório.	4	4	Extremo	Procurar celeridade nos processos a fim de viabilizar recursos a tempo. E, paliativamente, demonstrar a importância do objeto.	Contratante
2	Seleção de Fornecedores	Impugnação da Licitação.	Norma em contrariedade com princípio da igualdade por meio de exigências de marca, domicílio do licitante e demais e que visam afastar a competitividade do certame.	Atraso na licitação e contratação do objeto.	4	3	Elevado	Observar os preceitos, normas e princípios legais.	Contratante
		Erro na estimativa dos valores da aquisição de objetos.	Erros de quantitativos e má elaboração do pedido de orçamento.	Super ou subfaturamento dos objetos.	2	2	Médio	Análise e combinação de mercado, para um preço justo. Pedido de orçamento elaborado pela área técnica e área demandante.	Contratante
		Mudança do comportamento de um fornecedor para inviabilizar a vitória dos concorrentes	Percepção do fornecedor que não pode mais ser o vencedor.	Inviabiliza a vitória do concorrente. Tentativa de impugnação. Atraso no processo licitatório.	2	2	Médio	Aplicação de penalidades previstas neste instrumento editalício e convocação do 2º colocado.	Contratante
3	Execução do Contrato	Deixar de atender aos chamados para entrega dos objetos demandados, quando solicitado pela CONTRATANTE	Indisponibilidade de empregados no momento da solicitação devido ao quantitativo disponível no quadro da empresa Contratada ser insuficiente para atender a demanda.	Inexecução parcial do Contrato.	4	4	Extremo	Aplicação de sanções e penalidades à CONTRATADA de acordo com o previsto no Contrato.	Contratada
		Falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação do contratado.	Falha na gestão administrativa e financeira.	Cessaçao antecipada do Contrato, com possibilidade de contratar remanescente. Descontinuidade da entrega dos objetos.	4	4	Extremo	Aplicação de sanções e penalidades à CONTRATADA de acordo com o previsto no Contrato.	Contratada
		Irregularidade fiscal e trabalhista que impossibilite o pagamento dos objetos.	Certidões vencidas (Receita Federal/Dívida Ativa da União, FGTS e INSS).	Atraso no pagamento dos objetos. Poderá ensejar rescisão por descumprimento de obrigações contratuais.	4	4	Elevado	A CONTRATANTE deve notificar a contratada para sanar tais pendências no prazo estabelecido no Contrato.	Contratada
		Não cumprimento do cronograma.		Atraso na entrega dos objetos.	4	3	Elevado	Acompanhamento pelo fiscal do contrato. Caso ocorra, entrar em contato com a empresa imediatamente, e caso persista, rescindir o contrato.	Contratada

Impacto			Escala de probabilidade		
Descritor	Descrição	Nível	Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos	1	Muito Baixo	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Impacto mínimo nos objetivos	2	Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência	2
Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3	Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	4	Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5	Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo



Documento assinado eletronicamente por **Antônio dos Santos Silva**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação**, em 28/05/2026, às 09:28, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **22668202** e o código CRC **0CF427D8**.